

## Ata da Reunião do Conselho

### RELATÓRIO Nº 003 REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO

No dia 31 de Outubro de 2012, com início às 14h13m, na Sala de Reuniões do Gabinete do Secretário situada no 4º andar da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, SETS, na rua Pedro Ivo, 750 – centro, nesta capital, com a presença dos conselheiros: Nuncio Mannala (SETS), Geasi Oliveira de Souza (FETRANSPAR) Luiz Claudio Romanelli (SETS), Leila Maria Raboni (MTE-SRTE/PR); Klauss Dias Kuhnen (FAEP); Ildemar Gorges (Força Sindical); Denilson Pestana da Costa (NCST); Regina Cruz (CUT); Priscilla Fátima Caetano de Lima (FIEP/PR); Sônia Maria dos Santos (SEPL); e os colaboradores: Maria José Rossetti (SETS), Luis Antonio Bonato (SETS); Dirce Margoti (SETS), Luciana Madureira (SETS), Olivia Scimeoni (SETS) e Aldameri Imthurm- Secretária Executiva dos Conselhos da SETS, realizou-se a 187ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo como pauta: 01 – Abertura; 02 - Aprovação das Atas dos meses de Agosto e Setembro/2012; 03 - Informes da Presidência e Secretaria Executiva; 04 – Informes da Qualificação – PlanteQ; 05 – Apresentação dos resultados da Semana Estadual de Saúde e Segurança no Trabalho (SETS/SESA/SRTE-MTE); 06 – Informes sobre o Seminário de Políticas de Geração Emprego e Renda que será realizado em Pontal do Paraná em 09/11/2012 (DERT/SETS); 07 – NR-15 Consulta Pública Nacional (DERT/SETS); 08 – Outros assuntos. 01 – Abertura; O presidente Denilson inicia a reunião saudando a todos e informando que a cópia das Atas não estão nas pastas em função da contenção de despesas e também da questão do uso consciente de material. Em seguida, passa ao próximo item da pauta: 02 - Aprovação das Atas dos meses de Agosto e Setembro/2012. O Presidente informa que foi enviado via e-mail para todos os conselheiros, as Atas dos meses de Agosto e Setembro de 2012, e pergunta se os conselheiros têm alguma consideração a fazer em relação as Atas. Não havendo manifestação as Atas são aprovadas. 03 – Informes da Presidência e Secretaria Executiva; O Presidente procede a leitura: a) Publicado no Diário Oficial nº 8819 pág. 32 o Decreto nº 6245 de 16 de outubro de 2012, referente a nomeação dos conselheiros para comporem o Conselho Estadual do Trabalho: Ademir Jesus da Veiga (titular) e Luciano Langner (suplente), representando a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil-CGTB; b) Ofício nº 040/2012 de 26 de outubro do Núcleo de Informát(MTE-SRTE/PR)ica e Informações da SETS, referente a solicitação da Secretaria Executiva dos Conselhos para adequação do site do Conselho Estadual do Trabalho, onde o Sr. Joel Ritter Ferreira informou que o prazo para execução do serviço será de 26/10 a 22/11/2012; c) Justificativa de ausência dos Conselheiros: Ernane Garcia Ferreira representante da Central Única dos Trabalhadores- CUT, Paulo Sérgio dos Santos representante da União Geral dos Trabalhadores- UGT, Nircélio Zobot representante da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social- SEDS e Ademir Jesus da Veiga representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB. Iniciando o Presidente esclarece que o site do Conselho do Trabalho será reformulado, desta forma, será feito o registro fotográfico dos (as) conselheiros (as); salienta que terá um quadro de todas as bancadas para assim facilitar a interação entre o Conselho Estadual e os Conselhos Municipais. Denilson informa que está sendo entregue a cada um dos conselheiros, a publicação e CD “Avaliação do PROGER – Resultados e Perspectivas, São Paulo- Maio de 2012” , solicitado na última reunião. 04 – Informes da Qualificação – PlanteQ – A seguir a Srª Maria José Rossetti (SETS - Qualificação) inicia sua explanação sobre o andamento do Plano Territorial de Qualificação (PlanteQ), ressaltando que já vem trazendo ao conselho há algum tempo as dificuldades no que se refere a execução do (PlanteQ); observa que este plano não esta finalizado, e que seriam atendidos

1.963 (mil novecentos e sessenta e três) educandos, em 108 (cento e oito) turmas, e que, em função do cancelamento de algumas turmas, hoje são 1.448 (mil quatrocentos e quarenta e oito) educandos e isso representa 72% (setenta e dois) do (PlanteQ); Maria José relata que os problemas que aconteceram neste processo, foram devidos a algumas situações, tais como a questão do período eleitoral, que é responsável pela geração de trabalho informal muito grande nos municípios, bem como pelo cancelamento de turmas por falta de documentação, falta de alunos para fechar estas turmas. Informa que no SENAI das 37 (trinta e sete) turmas, 12 (doze) foram canceladas; no SENAC das 41 (quarenta e uma) turmas, 16 (dezesseis) foram canceladas. Cita que ainda não tem as informações das turmas que foram canceladas no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, e que esses dados representam uma redução de 28%, (vinte e oito). Maria José esclarece que a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM, está executando as ações da Economia Solidária. Neste sentido, Denilson ressalta a importância de detalhar e encaminhar para todos os conselheiros(as) quais turmas, que cursos, quais as cidades, para que ao elaborar a planilha para o próximo ano, possam verificar e conferir qual foi o motivo de não se ter conseguido alcançar o objetivo; cita que dessa forma é possível tomar uma atitude para resolver esta questão. O Presidente relembra que quando o Conselho esteve nos municípios do interior, a qualificação foi a grande demanda apresentada, porém, hoje existe a procura, a estrutura, tem o recurso e não se consegue organizar as turmas, daí a importância de se verificar qual o problema, para assim tomar uma medida neste sentido. Maria José (SETS) salienta que nas gestões passadas, existia um grupo do CET que acompanhava as ações da Qualificação; destaca a importância de que seja instituído uma comissão do CET para ajudar neste processo. Em resposta, o Presidente cita que é possível compor uma comissão técnica para cada um dos programas que estão em execução. Maria José (SETS) destaca que o Conselho está em contato com os conselheiros municipais e com os municípios; cita que a SETS também tem buscado fazer este contato através dos Escritórios Regionais, junto aos Conselhos Municipais, porém, ainda acontecem os problemas, e a intenção é a de sanar estas dificuldades existentes. O conselheiro Ildemar Gorges (Força Sindical) sugere que seja desenvolvido um questionário, onde estas questões possam ser respondidas, para o entendimento dos problemas e impedimentos que aconteceram neste processo. Em seguida, o conselheiro Geasi Oliveira de Souza (FETRANSPAR) ressalta que a primeira impressão que se tem é que não houve demanda, neste sentido, pergunta quais foram as ferramentas e os mecanismos utilizados para a divulgação dos cursos, e qual a forma de acesso foi disponibilizado à população, Geasi (FETRANSPAR) salienta que é de suma importância verificar qual foi a causa real que impediu o desenvolvimento dos cursos. Em resposta Maria José (SETS) informa que a Divisão de Qualificação precisa apontar para os municípios que vão fazer parte da qualificação, um ano e meio antes do curso acontecer, em seguida, é desenvolvido o plano de trabalho que é enviado para o Ministério do Trabalho; já em um segundo momento, é feito um levantamento da demanda junto ao município, onde vem o processo licitatório, e na hora de executar o curso, a demanda já não existe mais, pois pode ter sido suprida por outros programas de qualificação. Maria José (SETS) informa que entrou em contato com a equipe técnica de qualificação do Ministério do Trabalho e levou esta situação; cita que a intenção é buscar uma solução que venha, de fato, resolver esta problemática. Maria José (SETS) enfatiza que o Ministério do Trabalho exige que 95% (noventa e cinco) dos recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) seja utilizado com as pessoas que estão desempregadas; esclarece ainda, que este plano foi concebido num momento de alto desemprego. Luis Antonio Bonato (SETS) salienta que o atual modelo do PlanteQ está falido, e o Paraná pode puxar uma avaliação sobre esta questão. Cita que o sistema deve ser rediscutido e redefinido, pois da forma como a legislação está posta, é quase impossível trabalhar com os recursos do (FAT).

Bonato conclui que é muito penoso trabalhar com os recursos que são destinados para a questão do transporte. Nuncio (SETS) salienta que as questões que foram trazidas pelo Bonato (SETS) e Maria José (SETS) são de suma importância, e que este é um momento único no Estado, por estarem discutindo este tema. Neste sentido, o Presidente ressalta que é possível pensar na possibilidade de se fazer um seminário tripartite, para avaliar todos os convênios que são voltados para a Qualificação, e verificar os pontos de estrangulamento que foram trazidos nesta reunião; ressalta que pode ser trazida já na próxima reunião uma proposta para a realização de um evento de grande porte e produzir um diagnóstico; salienta que este evento pode vir a se realizar a partir da segunda quinzena de fevereiro de dois mil e treze e reforça a importância de se articular com o Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho (FONSET). Maria José (SETS) ratifica que é de suma importância chamar os técnicos do Ministério do Trabalho para assim discutirem esta problemática e entende que em conversas com o Ministério Trabalho é possível perceber que os técnicos também tem a mesma percepção do problemas relatados. Nuncio (SETS) informa que o Secretário e os técnicos estão aprovando os programas, projetos e custos até o final do ano. Luis Antonio Bonato (SETS) diz que o exercício que está vigorando do Plano Plurianual que engloba os convênios como um todo, se encerra em 31 de dezembro de 2012 e desta forma, o Ministério do Trabalho está solicitando um plano novo; cita que já foi encaminhada uma planilha com o plano de trabalhado e os valores já estão definidos para o primeiro ano. Maria José (SETS) esclarece que o recurso do plano de trabalho é do governo federal, que a partir das resoluções 679 e 700, que orienta e estipula como cada estado e município deve gastar, é desenvolvido a partir de um estudo baseado no conceito da População Economicamente Ativa (PEA); informa que outra de forma de avaliação são as metas realizadas. A conselheira Leila (MTE-SRTE/PR) ressalta que é importante trazer as informações do Ministério do Trabalho para o conhecimento do Conselho, e também se discutir no Fórum quais os critérios são utilizados para a distribuição dos recursos, e qual a relação com os demais estados em relação ao Paraná. Maria José (SETS) Informa que os critérios do Ministério do Trabalho são muito fechados, e isso impede alterações no plano de trabalho A conselheira Leila (MTE) sugere que seja feita uma discussão mais ampliada para entender como está a questão dos recursos, e também os critérios da qualificação profissional para o Paraná; Leila pergunta ainda se o Paraná é convidado para avaliar o processo. Bonato (SETS) informa que há dois anos o Paraná não é convidado para participar desta avaliação. Regina (CUT) também concorda com a conselheira Leila (MTE-SRTE/PR) e com o presidente Denílson para que seja aprovado pelo CET um seminário tripartite após fevereiro de 2013 para discutir o PlanteQ e a questão da qualificação para o evento da Copa. A conselheira Leila (MTE) cita a importância de se fazer uma análise dos recursos que estão vindo para outras Secretarias. Nuncio (SETS) destaca que "todo mundo faz qualificação, porém para a Secretaria do Trabalho o dinheiro não vem", neste sentido, salienta que o CET precisa de fato discutir esta questão. A conselheira Leila complementa que a sua preocupação é a sobreposição de ações dentro do Estado, onde várias Secretarias estão fazendo qualificação profissional; neste sentido, salienta a importância de se desenvolver um mapeamento no seminário e verificar quais as Secretarias estão fazendo qualificação profissional, qual a fonte de recurso, os valores que são recebidos, qual é o público-alvo, quais os programas estão sendo desenvolvidos na área da qualificação, e os técnicos apresentem a qualificação que é desenvolvida por parte da sua Secretaria. A conselheira Leila salienta ainda, que a solução desta problemática passa por uma articulação e vontade política do Estado, onde cada Secretaria possa ser fortalecida na sua competência e missão; destaca que deve existir o controle social na aplicação destes recursos. O Presidente informa que será procedida uma análise para ver se é possível fazer o seminário ainda neste ano; neste sentido, o Presidente pergunta se todos os conselheiros estão de acordo. Não havendo manifestação contrária informa que

está acordado. O Presidente agradece a participação da Sr<sup>a</sup> Maria José (SETS) e do Sr<sup>o</sup> Bonato (SETS) e passa para o próximo item da pauta. 05 – Apresentação dos Resultados da Semana Estadual de Saúde e Segurança no Trabalho (SETS/SESA/SRTE-MTE); O Presidente passa a apresentar o resultado das ações que foram desenvolvidas nos municípios: Cascavel e Foz do Iguaçu: foram discutidos os temas sobre LER e Prevenção de acidentes para os mototaxistas. Cianorte: foram abordados os temas Segurança no uso de IPIS e LER; Cornélio Procopio discutiu saúde e segurança no geral e a criação do Conselho Regional de Saúde e Segurança do Trabalho. , Curitiba definiu que será constituída uma comissão para análise das articulações de Saúde e Segurança do Trabalho a nível nacional. Francisco Beltrão e Guarapuava foram discutidas as questões relacionadas também a Saúde e Segurança de modo geral. Ivaiporã definiu que será criada uma comissão do Conselho. Jacarezinho discutiu a questão da agroecologia e da cana-de-açúcar. Em Londrina e Maringá, o evento foi específico da construção civil. Paranavaí discutiu Saúde e Segurança no Trabalho como um todo; Ponta Grossa e Umuarama debateu o tema Controle e Acidentes de Trabalho. Neste sentido, o Presidente ressalta que foi grande número de municípios que se engajaram na participação deste evento, e observa o fato de, por ser a primeira vez, as dificuldades que se apresentaram não impediram o resultado positivo que foi alcançado. Denilson informa que das 18 (dezoito) regionais que participaram, 6 (seis) enviaram as listas de presenças, que soma um total de 300 (trezentas) pessoas; salienta que ainda faltam 12 (doze) regionais que estarão enviando suas listas de presenças para assim poder fechar os números dos presentes neste evento. Denilson agradece a conselheira Leila (MTE-SRTE/PR), que em nome do Conselho coordenou o processo do grupo de trabalho; ressalta que ter criado o grupo de trabalho e o engajamento da conselheira Leila fez com que o evento pudesse ter o grande alcance que teve, finalizando, salienta que foi um grande aprendizado. Desta forma, o Presidente salienta que este foi o primeiro evento dos muitos que virão a acontecer na sequência. Na continuidade, o Denilson cita que um dos questionamentos que foram trazidos pelos participantes, foi a falta de material informativo de divulgação, que retratasse os debates do evento. Leila (MTE-SRTE/PR) enfatiza que o agradecimento é para o grupo de trabalho como um todo, que foi muito atuante; cita que, mesmo com as adversidades que permearam o processo, os eventos municipais foram muito exitosos; entende que para o ano que vem, no segundo encontro da Semana da Saúde e Segurança no Trabalho já será possível pensar nos indicadores e numa avaliação de caráter continuado. Em seguida é exibida a entrevista concedida pela chefe do Escritório Regional da SETS de Umuarama, Sra. Alethéia Sucupira, pelas Tvs Caiuá e UP sobre a 1ª Semana Estadual de Saúde e Segurança no Trabalho (ANEXO 1). Este material poderá ser também acessado no site ([www.cet.pr.gov.br](http://www.cet.pr.gov.br)) no "banner vídeos". Denilson encerra esta discussão informando que, em decorrência da realização da vídeoconferência, deverá ser constituída uma comissão do Conselho. Dando continuidade, Nuncio (SETS) destaca a importância da fala da Sr<sup>a</sup> Alethéia, e menciona a questão da interação entre todos os Conselhos Municipais; observa também que, nos locais onde as regionais se empenharam, o evento foi um sucesso. Cita também, como exemplo, o evento do município de Foz do Iguaçu que foi muito gratificante, com uma grande participação e a articulação entre as Secretarias Estaduais do Trabalho e da Saúde na discussão de uma política que pense na Saúde e na Segurança do Trabalhador. Nuncio esclarece que os hospitais públicos de Foz do Iguaçu estão inviabilizados frente aos acidentes com mototaxistas, e que nos hospitais de Cascavel o fato também se repete. Abrindo espaço para nova discussão o Presidente questiona que falta definir quem vai coordenar o processo de trabalho do grupo gestor que irá cuidar da agenda do Trabalho Decente no Estado no ano de 2013, desse modo, vê a importância que seja pensado desde já, como se dará este processo. Nuncio relata que o Decreto que criou o grupo gestor já foi assinado e ressalta que o período eleitoral de certa

forma, comprometeu a agilidade deste processo; cita que este grupo será empossado pelo Governador, assim que houver um espaço em sua agenda. O conselheiro Nuncio conclui esta questão informando os procedimentos que serão adotados posteriormente. Abrindo espaço para nova discussão o conselheiro Klaus (FAEP) solicita a palavra e questiona a fala do senhor Presidente que ao iniciar a reunião informou que o Quórum estava atingido, e pergunta em qual artigo ele se embasou; em resposta Denilson informa que se embasou no artigo 14º (décimo quarto), do regimento do conselho; o conselheiro Klaus (FAEP) observa que no artigo 8º (oitavo) § 2º (parágrafo segundo) diz o seguinte: “- As reuniões ordinárias do Conselho serão iniciadas com a presença de, pelo menos, metade mais um de seus membros, ou seja, 10 (dez) conselheiros titulares ou respectivos suplentes”. O Presidente pergunta de que ano é o artigo; o conselheiro Klaus (FAEP) informa que o artigo está na página da Secretaria, o Presidente passa a ler o artigo que foi aprovado quando a presidência estava sob o comando do Srº João Francisco Cubas na data de 29 de Abril de 2010; e passa a ler a redação: - Art. 14 do Regimento Interno do Conselho Estadual do Trabalho – CET, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art.14 - As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos dos conselheiros presentes, com quorum mínimo de metade mais um de seus membros em primeira convocação, ou seja, 10 (dez) conselheiros; ou com quórum de 1/3 (um terço) de seus membros em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, cabendo ao Presidente, no caso de empate, o voto de qualidade. Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Curitiba, 29 de abril de 2010; assim o Presidente exemplifica que a 13h30 (treze horas e trinta minutos) não tinha quórum, cita que as 14h06 (quatorze horas e seis minutos) tinha quórum com um terço do Conselho, sendo sete pessoas presentes. Dando continuidade o conselheiro Klaus (FAEP) cita que em função deste fato a reunião pode ser impugnada e ou invalidada; destaca que está sendo discutido o Artigo 14º que trata de deliberações. A seguir passa a ler o artigo citado: “ Art.8º - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas, no mínimo, uma vez a cada mês, em dia, hora e local marcados com antecedência mínima de 7 (sete) dias, sendo precedidas da convocação de todos os seus membros, titulares e suplentes. § 1º- Caso a reunião ordinária não seja convocada pelo Presidente do Conselho, qualquer membro poderá fazê-lo, desde que transcorridos 15 (quinze) dias do prazo previsto neste artigo. § 2º - As reuniões ordinárias do Conselho serão iniciadas com a presença de, pelo menos, metade mais um de seus membros, ou seja, 10 (dez) conselheiros titulares ou respectivos suplentes”. Segundo o conselheiro Klaus (FAEP) o artigo 14º trata somente das deliberações, porém não valida a reunião, destaca que são situações distintas. Ressalta que esta reunião não está acontecendo oficialmente por falta de quorum. Cita que, caso seja votado alguma coisa, a decisão pode ser anulada caso haja questionamentos posteriores. Em resposta o Presidente informa que irá verificar a situação trazida pelo conselheiro Klaus (FAEP) e que na próxima reunião será informado. A conselheira Regina (CUT) salienta que não se está discutido nenhuma incoerência. 06 – Informes sobre o Seminário de Políticas de Geração Emprego e Renda que será realizado em Pontal do Paraná em 09/11/2012 (DERT/SETS); Abrindo espaço para esta nova discussão, Denilson passa a palavra para o conselheiro Nuncio (SETS) que faz um relato sobre esta ação. O conselheiro destaca a articulação da Srª Maria José da (SETS) e cita que a vice governadoria do Estado esteve presente na reunião que discutiu o seminário de Pontal do Paraná sobre a geração de emprego e renda e neste sentido, salienta que seria muito pertinente a participação e a divulgação deste evento, por parte de todos os conselheiros(as); Nuncio informa que a Secretaria do Trabalho estará falando sobre as suas políticas, e no final será assinado um protocolo e uma resolução entre as Secretarias para criar um grupo que irá cuidar das políticas voltadas para o litoral. O conselheiro afirma que existe uma demanda muito grande no litoral para os próximos 15 (quinze anos) por ocasião da vinda do porto

privado, reforma de navios, ampliações, aeroporto, etc.. Cita que dessa forma se justifica esta iniciativa do Conselho do Trabalho. Nuncio (SETS) Informa que o horário do seminário será das 14h00 (quatorze horas) às 17h00 (dezesete horas), tendo em vista a dificuldade de localizar restaurantes que emitissem notas fiscais e/ou guias de recolhimento. Nuncio (SETS) informa também que todos os conselhos que se habilitaram já podem receber todas as informações, no tempo de três minutos e todos os e-mails e informações chegam simultaneamente a todos os conselheiros, e que na pagina da Secretaria do Trabalho também é possível obter os dados atualizados. O Presidente salienta que as atividades do litoral já tinham sido programadas anteriormente, onde a ideia era mobilizar todos os conselhos do litoral e o Conselho do Trabalho, que também estaria fazendo esta mobilização e a frente desta discussão; entende que o evento citado por Nuncio não é do Conselho, e sim, do Departamento das Relações do Trabalho. A conselheira Leila (MTE-SRTE/PR) ressalta que muitas vezes o Conselho se torna operacional demais, sendo que seu caráter é deliberativo; cita que não existe nenhum problema do Departamento da Relação do Trabalho assumir atividades e o Conselho ser convidado para acompanhar, porém, entende que o evento do litoral não é uma atividade pertinente ao CET. Leila (MTE-SRTE/PR) destaca a importância de que fique muito claro, qual é o papel do Conselho e do órgão gestor do Estado; desta forma, a conselheira Regina (CUT) concorda com a conselheira Leila (MTE-SRTE/PR) que este evento é do departamento, portanto, o Conselho não pode assinar um protocolo se não acompanhou o desenvolvimento das discussões; destaca ainda que questão do Pré Sal é um debate muito amplo e diz que na pauta não está constando que acontecerá um debate. O conselheiro Geasi (FETRANSPAR) menciona que o fato do Presidente não saber do referido evento, reforça que o evento não é do Conselho. Neste sentido, o conselheiro Klauss (FAEP) dá a sugestão que seja feita uma reunião extraordinária para a próxima segunda-feira, para discutir se o Conselho participa ou não, e se é possível uma nova agenda. A conselheira Leila entende que o Conselho foi apenas convidado; cita que recebeu o convite via Secretaria Executiva. 08 – Outros assuntos. O Presidente informa que na Assembleia Legislativa está sendo discutida a questão do corte no orçamento, das políticas voltadas para a geração de emprego e renda no Paraná, e diante deste fato, entende que o Conselho pode vir a se manifestar perante a comissão do orçamento, ressaltando a importância dos recursos para implementação das Políticas de Emprego e Renda e também do Trabalho Decente no Paraná. A seguir passa a palavra para o Secretário Romanelli que cumprimenta os presentes, pede desculpa pelo atraso, informando que estava em atendimento. O Secretário Romanelli salienta que a questão do corte de 26 (vinte e seis) milhões no orçamento é muito grave; informa que a Secretaria do Planejamento fez um corte no orçamento da Secretaria do Trabalho e destaca que o orçamento deste ano foi maior comparando ao ano passado, mas que isso se deu em função dos recursos do Programa do Leite das Crianças (PLC) estar vindo para a Secretaria do Trabalho que assumiu a coordenação deste programa. O Secretário destaca que a SETS esta tendo muito êxito na área da Segurança Alimentar Nutricional; informa que estes recursos foram ampliados e feitas muitas parcerias. Observa que o Programa Compra Direta também se destaca e que os recursos foram ampliados em 2011 (dois mil e onze) e 2012 (dois mil e doze), e também mais cinquenta por cento para o primeiro semestre de 2013. Cita que é uma parceria com contrapartida do Estado. O Secretário Romanelli enfatiza que o atendimento será ampliado para os municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), iniciando nos municípios do Território da Cidadania. Desta forma, entende que o planejamento tanto da União quanto do Estado está sinalizando para redução, e/ou crescimento vegetativo da receita em 2013 (dois mil e treze). Informa que dos 26 (vinte e seis) milhões, 10 (dez) milhões são recursos para a manutenção da Secretaria do Trabalho. Romanelli destaca que considerando o valor que a SETS recebia em 2003 (dois mil e três) , hoje estamos recebendo um quinto do valor dos recursos do Fundo do Amparo ao

Trabalhador (FAT), que vem para o Paraná. O Secretário esclarece que 2 (dois) milhões vem para Curitiba que esta municipalizada. Cita que Londrina, Maringá e Ponta Grossa também recebem estes recursos diretamente. Continuando, Romanelli relata que na reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) que aconteceu em Brasília, na última quinta feira, foi aprovada, pela bancada dos trabalhadores e pela patronal. uma resolução para redução dos recursos; O Secretário Romanelli informa que não volta formalmente para a Secretaria do Trabalho, enquanto não for resolvida a questão da aprovação do orçamento que será destinado para a SETS. O Secretário enfatiza que estando presente na Assembleia, garante que poderá ter uma melhor articulação no que se refere a aprovação deste orçamento, mesmo porque a emenda já está preparada; o Secretário informa que a sinalização dos orçamentos para o Paraná não é boa, pelo fato de que haver um corte de 300 (trezentos) milhões para o Paraná. O Presidente pergunta se tem uma ação que o Conselho possa fazer no sentido de sensibilizar o governo no que tange a questão dos orçamentos. Em resposta o Secretário Romanelli informa que o Conselho pode sim fazer uma manifestação, conversar com o Presidente da Assembleia e também com o relator; Ressalta ainda que o Sr. Carlos Manuel (SETS), e também o Sr. Marcelo (SETS) podem disponibilizar o demonstrativo dos recursos do que aconteceu no ano de 2012 (dois mil e doze) e para 2013 (dois mil e treze); cita que deve ser tomado uma providência, e caso nada seja feito, as agências terão que ser fechadas pelo fato de não ter verba para pagar os aluguéis. Neste sentido, o Presidente ressalta que pode ser preparado um expediente e entregar pessoalmente aos representantes, falando da preocupação do CET, onde os mesmos possam se empenhar para garantir que os recursos. Neste sentido, o Secretário Romanelli cita que uma solução para resolver a questão é implantar o tripartismo na gestão das agências, com a repartição dos custos, porém, com cofinanciamento, tanto por parte dos trabalhadores, como dos patronais. 07 – NR-15 Consulta Pública Nacional (DERT/SETS); Nuncio destaca que na questão do NR-15 existe um prazo que foi negociado pela conselheira Leila (MTE-SRTE/PR). O Presidente salienta que esta questão pode ser encaminhado para todas as entidades que acompanham o Conselho do Trabalho. A seguir, o conselheiro Ildemar (Força Sindical) informa que o site está bloqueado e que não está sendo possível acessá-lo. Ildemar lembra ainda, que a discussão das máquinas e da insalubridade pode ser discutida na reunião de sexta-feira. Neste sentido, a conselheira Leila (MTE-SRTE/PR) informa que o prazo tinha sido prorrogado por 60 (sessenta dias) e, neste sentido, pode ser feita uma audiência pública. Abrindo espaço para nova discussão, o Secretário Romanelli pergunta se foi discutida a questão do salário mínimo regional, destacando que é para 2014 (dois mil e quatorze), porém, a Lei prevê uma comissão tripartite, que discuta a política do piso regional. Romanelli diz que na última vez que isso aconteceu, gerou um impasse, pois o setor patronal, colocou a agricultura para ser a negociadora; o Secretário ressalta a importância de ampliar a negociação tripartite, sendo três representantes de cada bancada, assim a discussão seria ampliada. O Secretário gostaria que em 2014 (dois mil e quatorze) fosse possível antecipar para o dia 1º (primeiro) de janeiro o aumento do piso. Neste sentido, caso o CET aprove, cada bancada poderá indicar três nomes, onde o Governador fará o Decreto nomeando os representantes de cada segmento. E nada mais havendo a tratar, o Presidente dá por encerrada a 187ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho-CET, da qual eu, Aldameri Imthurm, lavrei a presente ata. Curitiba, 31 de Outubro de 2012.

#### RELATÓRIO Nº 003 REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO

No dia 31 de Outubro de 2012, com início às 14h13m, na Sala de Reuniões do Gabinete do Secretário situada no 4º andar da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, SETS, na rua Pedro Ivo, 750 – centro, nesta capital, com a presença dos conselheiros: Nuncio Mannala (SETS), Geasi Oliveira

de Souza (FETRANSPAR) Luiz Claudio Romanelli (SETS), Leila Maria Raboni (MTE-SRTE/PR); Klauss Dias Kuhnen (FAEP); Ildemar Gorges (Força Sindical); Denilson Pestana da Costa (NCST); Regina Cruz (CUT); Priscilla Fátima Caetano de Lima (FIEP/PR); Sônia Maria dos Santos (SEPL); e os colaboradores: Maria José Rossetti (SETS), Luis Antonio Bonato (SETS); Dirce Margoti (SETS), Luciana Madureira (SETS), Olivia Scimeoni (SETS) e Aldameri Imthurm- Secretária Executiva dos Conselhos da SETS, realizou-se a 187ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo como pauta: 01 – Abertura; 02 - Aprovação das Atas dos meses de Agosto e Setembro/2012; 03 - Informes da Presidência e Secretaria Executiva; 04 – Informes da Qualificação – PlanteQ; 05 – Apresentação dos resultados da Semana Estadual de Saúde e Segurança no Trabalho (SETS/SESA/SRTE-MTE); 06 – Informes sobre o Seminário de Políticas de Geração Emprego e Renda que será realizado em Pontal do Paraná em 09/11/2012 (DERT/SETS); 07 – NR-15 Consulta Pública Nacional (DERT/SETS); 08 – Outros assuntos.

01 – Abertura; O presidente Denilson inicia a reunião saudando a todos e informando que a cópia das Atas não estão nas pastas em função da contenção de despesas e também da questão do uso consciente de material. Em seguida, passa ao próximo item da pauta: 02 - Aprovação das Atas dos meses de Agosto e Setembro/2012. O Presidente informa que foi enviado via e-mail para todos os conselheiros, as Atas dos meses de Agosto e Setembro de 2012, e pergunta se os conselheiros têm alguma consideração a fazer em relação as Atas. Não havendo manifestação as Atas são aprovadas. 03 – Informes da Presidência e Secretaria Executiva; O Presidente procede a leitura: a) Publicado no Diário Oficial nº 8819 pág. 32 o Decreto nº 6245 de 16 de outubro de 2012, referente a nomeação dos conselheiros para comporem o Conselho Estadual do Trabalho: Ademir Jesus da Veiga (titular) e Luciano Langner (suplente), representando a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil-CGTB; b) Ofício nº 040/2012 de 26 de outubro do Núcleo de Informática e Informações da SETS, referente a solicitação da Secretaria Executiva dos Conselhos para adequação do site do Conselho Estadual do Trabalho, onde o Sr. Joel Ritter Ferreira informou que o prazo para execução do serviço será de 26/10 a 22/11/2012; c) Justificativa de ausência dos Conselheiros: Ernane Garcia Ferreira representante da Central Única dos Trabalhadores- CUT, Paulo Sérgio dos Santos representante da União Geral dos Trabalhadores- UGT, Nircélio Zobot representante da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social- SEDS e Ademir Jesus da Veiga representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB. Iniciando o Presidente esclarece que o site do Conselho do Trabalho será reformulado, desta forma, será feito o registro fotográfico dos (as) conselheiros (as); salienta que terá um quadro de todas as bancadas para assim facilitar a interação entre o Conselho Estadual e os Conselhos Municipais. Denilson informa que está sendo entregue a cada um dos conselheiros, a publicação e CD “Avaliação do PROGER – Resultados e Perspectivas, São Paulo- Maio de 2012” , solicitado na última reunião. 04 – Informes da Qualificação – PlanteQ – A seguir a Srª Maria José Rossetti (SETS - Qualificação) inicia sua explanação sobre o andamento do Plano Territorial de Qualificação (PlanteQ), ressaltando que já vem trazendo ao conselho há algum tempo as dificuldades no que se refere a execução do (PlanteQ); observa que este plano não esta finalizado, e que seriam atendidos 1.963 (mil novecentos e sessenta e três) educandos, em 108 (cento e oito) turmas, e que, em função do cancelamento de algumas turmas, hoje são 1.448 (mil quatrocentos e quarenta e oito) educandos e isso representa 72% (setenta e dois) do (PlanteQ); Maria José relata que os problemas que aconteceram neste processo, foram devidos a algumas situações, tais como a questão do período eleitoral, que é responsável pela geração de trabalho informal muito grande nos municípios, bem como pelo cancelamento de turmas por falta de documentação, falta de alunos para fechar estas turmas. Informa que no SENAI das 37 (trinta e sete) turmas, 12 (doze) foram canceladas; no SENAC das 41 (quarenta e uma) turmas, 16 (dezesseis) foram canceladas. Cita que ainda não tem as informações



das turmas que foram canceladas no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, e que esses dados representam uma redução de 28%, (vinte e oito). Maria José esclarece que a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM, está executando as ações da Economia Solidária. Neste sentido, Denilson ressalta a importância de detalhar e encaminhar para todos os conselheiros(as) quais turmas, que cursos, quais as cidades, para que ao elaborar a planilha para o próximo ano, possam verificar e conferir qual foi o motivo de não se ter conseguido alcançar o objetivo; cita que dessa forma é possível tomar uma atitude para resolver esta questão. O Presidente relembra que quando o Conselho esteve nos municípios do interior, a qualificação foi a grande demanda apresentada, porém, hoje existe a procura, a estrutura, tem o recurso e não se consegue organizar as turmas, daí a importância de se verificar qual o problema, para assim tomar uma medida neste sentido. Maria José (SETS) salienta que nas gestões passadas, existia um grupo do CET que acompanhava as ações da Qualificação; destaca a importância de que seja instituído uma comissão do CET para ajudar neste processo. Em resposta, o Presidente cita que é possível compor uma comissão técnica para cada um dos programas que estão em execução. Maria José (SETS) destaca que o Conselho está em contato com os conselheiros municipais e com os municípios; cita que a SETS também tem buscado fazer este contato através dos Escritórios Regionais, junto aos Conselhos Municipais, porém, ainda acontecem os problemas, e a intenção é a de sanar estas dificuldades existentes. O conselheiro Ildemar Gorges (Força Sindical) sugere que seja desenvolvido um questionário, onde estas questões possam ser respondidas, para o entendimento dos problemas e impedimentos que aconteceram neste processo. Em seguida, o conselheiro Geasi Oliveira de Souza (FETRANSPAR) ressalta que a primeira impressão que se tem é que não houve demanda, neste sentido, pergunta quais foram as ferramentas e os mecanismos utilizados para a divulgação dos cursos, e qual a forma de acesso foi disponibilizado à população, Geasi (FETRANSPAR) salienta que é de suma importância verificar qual foi a causa real que impediu o desenvolvimento dos cursos. Em resposta Maria José (SETS) informa que a Divisão de Qualificação precisa apontar para os municípios que vão fazer parte da qualificação, um ano e meio antes do curso acontecer, em seguida, é desenvolvido o plano de trabalho que é enviado para o Ministério do Trabalho; já em um segundo momento, é feito um levantamento da demanda junto ao município, onde vem o processo licitatório, e na hora de executar o curso, a demanda já não existe mais, pois pode ter sido suprida por outros programas de qualificação. Maria José (SETS) informa que entrou em contato com a equipe técnica de qualificação do Ministério do Trabalho e levou esta situação; cita que a intenção é buscar uma solução que venha, de fato, resolver esta problemática. Maria José (SETS) enfatiza que o Ministério do Trabalho exige que 95% (noventa e cinco) dos recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) seja utilizado com as pessoas que estão desempregadas; esclarece ainda, que este plano foi concebido num momento de alto desemprego. Luis Antonio Bonato (SETS) salienta que o atual modelo do PlanteQ está falido, e o Paraná pode puxar uma avaliação sobre esta questão. Cita que o sistema deve ser rediscutido e redefinido, pois da forma como a legislação está posta, é quase impossível trabalhar com os recursos do (FAT). Bonato conclui que é muito penoso trabalhar com os recursos que são destinados para a questão do transporte. Nuncio (SETS) salienta que as questões que foram trazidas pelo Bonato (SETS) e Maria José (SETS) são de suma importância, e que este é um momento único no Estado, por estarem discutindo este tema. Neste sentido, o Presidente ressalta que é possível pensar na possibilidade de se fazer um seminário tripartite, para avaliar todos os convênios que são voltados para a Qualificação, e verificar os pontos de estrangulamento que foram trazidos nesta reunião; ressalta que pode ser trazida já na próxima reunião uma proposta para a realização de um evento de grande porte e produzir um diagnóstico; salienta que este evento pode vir a se realizar a partir da segunda quinzena de fevereiro de

dois mil e treze e reforça a importância de se articular com o Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho (FONSET). Maria José (SETS) ratifica que é de suma importância chamar os técnicos do Ministério do Trabalho para assim discutirem esta problemática e entende que em conversas com o Ministério Trabalho é possível perceber que os técnicos também tem a mesma percepção do problemas relatados. Nuncio (SETS) informa que o Secretário e os técnicos estão aprovando os programas, projetos e custos até o final do ano. Luis Antonio Bonato (SETS) diz que o exercício que está vigorando do Plano Plurianual que engloba os convênios como um todo, se encerra em 31 de dezembro de 2012 e desta forma, o Ministério do Trabalho está solicitando um plano novo; cita que já foi encaminhada uma planilha com o plano de trabalhado e os valores já estão definidos para o primeiro ano. Maria José (SETS) esclarece que o recurso do plano de trabalho é do governo federal, que a partir das resoluções 679 e 700, que orienta e estipula como cada estado e município deve gastar, é desenvolvido a partir de um estudo baseado no conceito da População Economicamente Ativa (PEA); informa que outra de forma de avaliação são as metas realizadas. A conselheira Leila (MTE-SRTE/PR) ressalta que é importante trazer as informações do Ministério do Trabalho para o conhecimento do Conselho, e também se discutir no Fórum quais os critérios são utilizados para a distribuição dos recursos, e qual a relação com os demais estados em relação ao Paraná. Maria José (SETS) Informa que os critérios do Ministério do Trabalho são muito fechados, e isso impede alterações no plano de trabalho A conselheira Leila (MTE) sugere que seja feita uma discussão mais ampliada para entender como está a questão dos recursos, e também os critérios da qualificação profissional para o Paraná; Leila pergunta ainda se o Paraná é convidado para avaliar o processo. Bonato (SETS) informa que há dois anos o Paraná não é convidado para participar desta avaliação. Regina (CUT) também concorda com a conselheira Leila (MTE-SRTE/PR) e com o presidente Denílson para que seja aprovado pelo CET um seminário tripartite após fevereiro de 2013 para discutir o PlanteQ e a questão da qualificação para o evento da Copa. A conselheira Leila (MTE) cita a importância de se fazer uma análise dos recursos que estão vindo para outras Secretarias. Nuncio (SETS) destaca que "todo mundo faz qualificação, porém para a Secretaria do Trabalho o dinheiro não vem", neste sentido, salienta que o CET precisa de fato discutir esta questão. A conselheira Leila complementa que a sua preocupação é a sobreposição de ações dentro do Estado, onde várias Secretarias estão fazendo qualificação profissional; neste sentido, salienta a importância de se desenvolver um mapeamento no seminário e verificar quais as Secretarias estão fazendo qualificação profissional, qual a fonte de recurso, os valores que são recebidos, qual é o público-alvo, quais os programas estão sendo desenvolvidos na área da qualificação, e os técnicos apresentem a qualificação que é desenvolvida por parte da sua Secretaria. A conselheira Leila salienta ainda, que a solução desta problemática passa por uma articulação e vontade política do Estado, onde cada Secretaria possa ser fortalecida na sua competência e missão; destaca que deve existir o controle social na aplicação destes recursos. O Presidente informa que será procedida uma análise para ver se é possível fazer o seminário ainda neste ano; neste sentido, o Presidente pergunta se todos os conselheiros estão de acordo. Não havendo manifestação contrária informa que está acordado. O Presidente agradece a participação da Srª Maria José (SETS) e do Srº Bonato (SETS) e passa para o próximo item da pauta. 05 – Apresentação dos Resultados da Semana Estadual de Saúde e Segurança no Trabalho (SETS/SESA/SRTE-MTE); O Presidente passa a apresentar o resultado das ações que foram desenvolvidas nos municípios: Cascavel e Foz do Iguaçu: foram discutidos os temas sobre LER e Prevenção de acidentes para os mototaxistas. Cianorte: foram abordados os temas Segurança no uso de IPIS e LER; Cornélio Procópio discutiu saúde e segurança no geral e a criação do Conselho Regional de Saúde e Segurança do Trabalho. , Curitiba definiu que será constituída uma comissão para análise das articulações de Saúde e Segurança do Trabalho a nível

nacional. Francisco Beltrão e Guarapuava foram discutidas as questões relacionadas também a Saúde e Segurança de modo geral. Ivaiporã definiu que será criada uma comissão do Conselho. Jacarezinho discutiu a questão da agroecologia e da cana-de-açúcar. Em Londrina e Maringá, o evento foi específico da construção civil. Paranaíba discutiu Saúde e Segurança no Trabalho como um todo; Ponta Grossa e Umuarama debateu o tema Controle e Acidentes de Trabalho. Neste sentido, o Presidente ressalta que foi grande número de municípios que se engajaram na participação deste evento, e observa o fato de, por ser a primeira vez, as dificuldades que se apresentaram não impediram o resultado positivo que foi alcançado. Denilson informa que das 18 (dezoito) regionais que participaram, 6 (seis) enviaram as listas de presenças, que soma um total de 300 (trezentas) pessoas; salienta que ainda faltam 12 (doze) regionais que estarão enviando suas listas de presenças para assim poder fechar os números dos presentes neste evento. Denilson agradece a conselheira Leila (MTE-SRTE/PR), que em nome do Conselho coordenou o processo do grupo de trabalho; ressalta que ter criado o grupo de trabalho e o engajamento da conselheira Leila fez com que o evento pudesse ter o grande alcance que teve, finalizando, salienta que foi um grande aprendizado. Desta forma, o Presidente salienta que este foi o primeiro evento dos muitos que virão a acontecer na sequência. Na continuidade, o Denilson cita que um dos questionamentos que foram trazidos pelos participantes, foi a falta de material informativo de divulgação, que retratasse os debates do evento. Leila (MTE-SRTE/PR) enfatiza que o agradecimento é para o grupo de trabalho como um todo, que foi muito atuante; cita que, mesmo com as adversidades que permearam o processo, os eventos municipais foram muito exitosos; entende que para o ano que vem, no segundo encontro da Semana da Saúde e Segurança no Trabalho já será possível pensar nos indicadores e numa avaliação de caráter continuado. Em seguida é exibida a entrevista concedida pela chefe do Escritório Regional da SETS de Umuarama, Sra. Alethéia Sucupira, pelas Tvs Caiuá e UP sobre a 1ª Semana Estadual de Saúde e Segurança no Trabalho (ANEXO 1). Este material poderá ser também acessado no site ([www.cet.pr.gov.br](http://www.cet.pr.gov.br)) no "banner vídeos". Denilson encerra esta discussão informando que, em decorrência da realização da vídeoconferência, deverá ser constituída uma comissão do Conselho. Dando continuidade, Nuncio (SETS) destaca a importância da fala da Srª Alethéia, e menciona a questão da interação entre todos os Conselhos Municipais; observa também que, nos locais onde as regionais se empenharam, o evento foi um sucesso. Cita também, como exemplo, o evento do município de Foz do Iguaçu que foi muito gratificante, com uma grande participação e a articulação entre as Secretarias Estaduais do Trabalho e da Saúde na discussão de uma política que pense na Saúde e na Segurança do Trabalhador. Nuncio esclarece que os hospitais públicos de Foz do Iguaçu estão inviabilizados frente aos acidentes com mototaxistas, e que nos hospitais de Cascavel o fato também se repete. Abrindo espaço para nova discussão o Presidente questiona que falta definir quem vai coordenar o processo de trabalho do grupo gestor que irá cuidar da agenda do Trabalho Decente no Estado no ano de 2013, desse modo, vê a importância que seja pensado desde já, como se dará este processo. Nuncio relata que o Decreto que criou o grupo gestor já foi assinado e ressalta que o período eleitoral de certa forma, comprometeu a agilidade deste processo; cita que este grupo será empossado pelo Governador, assim que houver um espaço em sua agenda. O conselheiro Nuncio conclui esta questão informando os procedimentos que serão adotados posteriormente. Abrindo espaço para nova discussão o conselheiro Klauss (FAEP) solicita a palavra e questiona a fala do senhor Presidente que ao iniciar a reunião informou que o Quórum estava atingido, e pergunta em qual artigo ele se embasou; em resposta Denilson informa que se embasou no artigo 14º (décimo quarto), do regimento do conselho; o conselheiro Klauss (FAEP) observa que no artigo 8º (oitavo) § 2º (parágrafo segundo) diz o seguinte: "- As reuniões ordinárias do Conselho serão iniciadas com a presença de, pelo menos,

metade mais um de seus membros, ou seja, 10 (dez) conselheiros titulares ou respectivos suplentes". O Presidente pergunta de que ano é o artigo; o conselheiro Klauss (FAEP) informa que o artigo está na página da Secretaria, o Presidente passa a ler o artigo que foi aprovado quando a presidência estava sob o comando do Srº João Francisco Cubas na data de 29 de Abril de 2010; e passa a ler a redação: - Art.. 14 do Regimento Interno do Conselho Estadual do Trabalho - CET, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art.14 - As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos dos conselheiros presentes, com quorum mínimo de metade mais um de seus membros em primeira convocação, ou seja, 10 (dez) conselheiros; ou com quórum de 1/3 (um terço) de seus membros em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, cabendo ao Presidente, no caso de empate, o voto de qualidade. Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Curitiba, 29 de abril de 2010; assim o Presidente exemplifica que a 13h30 (treze horas e trinta minutos) não tinha quórum, cita que as 14h06 (quatorze horas e seis minutos) tinha quórum com um terço do Conselho, sendo sete pessoas presentes. Dando continuidade o conselheiro Klauss (FAEP) cita que em função deste fato a reunião pode ser impugnada e ou invalidada; destaca que está sendo discutido o Artigo 14º que trata de deliberações. A seguir passa a ler o artigo citado: " Art.8º - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas, no mínimo, uma vez a cada mês, em dia, hora e local marcados com antecedência mínima de 7 (sete) dias, sendo precedidas da convocação de todos os seus membros, titulares e suplentes. § 1º- Caso a reunião ordinária não seja convocada pelo Presidente do Conselho, qualquer membro poderá fazê-lo, desde que transcorridos 15 (quinze) dias do prazo previsto neste artigo. § 2º - As reuniões ordinárias do Conselho serão iniciadas com a presença de, pelo menos, metade mais um de seus membros, ou seja, 10 (dez) conselheiros titulares ou respectivos suplentes". Segundo o conselheiro Klauss (FAEP) o artigo 14º trata somente das deliberações, porém não valida a reunião, destaca que são situações distintas. Ressalta que esta reunião não esta acontecendo oficialmente por falta de quorum. Cita que, caso seja votado alguma coisa, a decisão pode ser anulada caso haja questionamentos posteriores. Em resposta o Presidente informa que irá verificar a situação trazida pelo conselheiro Klauss (FAEP) e que na próxima reunião será informado. A conselheira Regina (CUT) salienta que não se está discutido nenhuma incoerência. 06 - Informes sobre o Seminário de Políticas de Geração Emprego e Renda que será realizado em Pontal do Paraná em 09/11/2012 (DERT/SETS); Abrindo espaço para esta nova discussão, Denilson passa a palavra para o conselheiro Nuncio (SETS) que faz um relato sobre esta ação. O conselheiro destaca a articulação da Srª Maria José da (SETS) e cita que a vice governadoria do Estado esteve presente na reunião que discutiu o seminário de Pontal do Paraná sobre a geração de emprego e renda e neste sentido, salienta que seria muito pertinente a participação e a divulgação deste evento, por parte de todos os conselheiros(as); Nuncio informa que a Secretaria do Trabalho estará falando sobre as suas políticas, e no final será assinado um protocolo e uma resolução entre as Secretarias para criar um grupo que irá cuidar das políticas voltadas para o litoral. O conselheiro afirma que existe uma demanda muito grande no litoral para os próximos 15 (quinze anos) por ocasião da vinda do porto privado, reforma de navios, ampliações, aeroporto, etc.. Cita que dessa forma se justifica esta iniciativa do Conselho do Trabalho. Nuncio (SETS) Informa que o horário do seminário será das 14h00 (quatorze horas) às 17h00 (dezessete horas), tendo em vista a dificuldade de localizar restaurantes que emitissem notas fiscais e/ou guias de recolhimento. Nuncio (SETS) informa também que todos os conselhos que se habilitaram já podem receber todas as informações, no tempo de três minutos e todos os e-mails e informações chegam simultaneamente a todos os conselheiros, e que na pagina da Secretaria do Trabalho também é possível obter os dados atualizados. O Presidente salienta que as atividades do litoral já tinham sido programadas anteriormente, onde a ideia era mobilizar todos

os conselhos do litoral e o Conselho do Trabalho, que também estaria fazendo esta mobilização e a frente desta discussão; entende que o evento citado por Núncio não é do Conselho, e sim, do Departamento das Relações do Trabalho. A conselheira Leila (MTE-SRTE/PR) ressalta que muitas vezes o Conselho se torna operacional demais, sendo que seu caráter é deliberativo; cita que não existe nenhum problema do Departamento da Relação do Trabalho assumir atividades e o Conselho ser convidado para acompanhar, porém, entende que o evento do litoral não é uma atividade pertinente ao CET. Leila (MTE-SRTE/PR) destaca a importância de que fique muito claro, qual é o papel do Conselho e do órgão gestor do Estado; desta forma, a conselheira Regina (CUT) concorda com a conselheira Leila (MTE-SRTE/PR) que este evento é do departamento, portanto, o Conselho não pode assinar um protocolo se não acompanhou o desenvolvimento das discussões; destaca ainda que questão do Pré Sal é um debate muito amplo e diz que na pauta não está constando que acontecerá um debate. O conselheiro Geasi (FETRANSPAR) menciona que o fato do Presidente não saber do referido evento, reforça que o evento não é do Conselho. Neste sentido, o conselheiro Klauss (FAEP) dá a sugestão que seja feita uma reunião extraordinária para a próxima segunda-feira, para discutir se o Conselho participa ou não, e se é possível uma nova agenda. A conselheira Leila entende que o Conselho foi apenas convidado; cita que recebeu o convite via Secretaria Executiva.

08 – Outros assuntos. O Presidente informa que na Assembleia Legislativa está sendo discutida a questão do corte no orçamento, das políticas voltadas para a geração de emprego e renda no Paraná, e diante deste fato, entende que o Conselho pode vir a se manifestar perante a comissão do orçamento, ressaltando a importância dos recursos para implementação das Políticas de Emprego e Renda e também do Trabalho Decente no Paraná. A seguir passa a palavra para o Secretário Romanelli que cumprimenta os presentes, pede desculpa pelo atraso, informando que estava em atendimento. O Secretário Romanelli salienta que a questão do corte de 26 (vinte e seis) milhões no orçamento é muito grave; informa que a Secretaria do Planejamento fez um corte no orçamento da Secretaria do Trabalho e destaca que o orçamento deste ano foi maior comparando ao ano passado, mas que isso se deu em função dos recursos do Programa do Leite das Crianças (PLC) estar vindo para a Secretaria do Trabalho que assumiu a coordenação deste programa. O Secretário destaca que a SETS esta tendo muito êxito na área da Segurança Alimentar Nutricional; informa que estes recursos foram ampliados e feitas muitas parcerias. Observa que o Programa Compra Direta também se destaca e que os recursos foram ampliados em 2011 (dois mil e onze) e 2012 (dois mil e doze), e também mais cinquenta por cento para o primeiro semestre de 2013. Cita que é uma parceria com contrapartida do Estado. O Secretário Romanelli enfatiza que o atendimento será ampliado para os municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), iniciando nos municípios do Território da Cidadania. Desta forma, entende que o planejamento tanto da União quanto do Estado está sinalizando para redução, e/ou crescimento vegetativo da receita em 2013 (dois mil e treze). Informa que dos 26 (vinte e seis) milhões, 10 (dez) milhões são recursos para a manutenção da Secretaria do Trabalho. Romanelli destaca que considerando o valor que a SETS recebia em 2003 (dois mil e três) , hoje estamos recebendo um quinto do valor dos recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT), que vem para o Paraná. O Secretário esclarece que 2 (dois) milhões vem para Curitiba que esta municipalizada. Cita que Londrina, Maringá e Ponta Grossa também recebem estes recursos diretamente. Continuando, Romanelli relata que na reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) que aconteceu em Brasília, na última quinta feira, foi aprovada, pela bancada dos trabalhadores e pela patronal. uma resolução para redução dos recursos; O Secretário Romanelli informa que não volta formalmente para a Secretaria do Trabalho, enquanto não for resolvida a questão da aprovação do orçamento que será destinado para a SETS. O Secretário enfatiza que estando presente na Assembleia, garante que poderá ter uma melhor articulação no que

se refere a aprovação deste orçamento, mesmo porque a emenda já está preparada; o Secretário informa que a sinalização dos orçamentos para o Paraná não é boa, pelo fato de que haver um corte de 300 (trezentos) milhões para o Paraná. O Presidente pergunta se tem uma ação que o Conselho possa fazer no sentido de sensibilizar o governo no que tange a questão dos orçamentos. Em resposta o Secretário Romanelli informa que o Conselho pode sim fazer uma manifestação, conversar com o Presidente da Assembleia e também com o relator; Ressalta ainda que o Sr. Carlos Manuel (SETS), e também o Sr. Marcelo (SETS) podem disponibilizar o demonstrativo dos recursos do que aconteceu no ano de 2012 (dois mil e doze) e para 2013 (dois mil e treze); cita que deve ser tomado uma providência, e caso nada seja feito, as agências terão que ser fechadas pelo fato de não ter verba para pagar os aluguéis. Neste sentido, o Presidente ressalta que pode ser preparado um expediente e entregar pessoalmente aos representantes, falando da preocupação do CET, onde os mesmos possam se empenhar para garantir que os recursos. Neste sentido, o Secretário Romanelli cita que uma solução para resolver a questão é implantar o tripartismo na gestão das agências, com a repartição dos custos, porém, com cofinanciamento, tanto por parte dos trabalhadores, como dos patronais. 07 – NR-15 Consulta Pública Nacional (DERT/SETS); Nuncio destaca que na questão do NR-15 existe um prazo que foi negociado pela conselheira Leila (MTE-SRTE/PR). O Presidente salienta que esta questão pode ser encaminhado para todas as entidades que acompanham o Conselho do Trabalho. A seguir, o conselheiro Ildemar (Força Sindical) informa que o site está bloqueado e que não está sendo possível acessá-lo. Ildemar lembra ainda, que a discussão das máquinas e da insalubridade pode ser discutida na reunião de sexta-feira. Neste sentido, a conselheira Leila (MTE-SRTE/PR) informa que o prazo tinha sido prorrogado por 60 (sessenta dias) e, neste sentido, pode ser feita uma audiência pública. Abrindo espaço para nova discussão, o Secretário Romanelli pergunta se foi discutida a questão do salário mínimo regional, destacando que é para 2014 (dois mil e quatorze), porém, a Lei prevê uma comissão tripartite, que discuta a política do piso regional. Romanelli diz que na última vez que isso aconteceu, gerou um impasse, pois o setor patronal, colocou a agricultura para ser a negociadora; o Secretário ressalta a importância de ampliar a negociação tripartite, sendo três representantes de cada bancada, assim a discussão seria ampliada. O Secretário gostaria que em 2014 (dois mil e quatorze) fosse possível antecipar para o dia 1º (primeiro) de janeiro o aumento do piso. Neste sentido, caso o CET aprove, cada bancada poderá indicar três nomes, onde o Governador fará o Decreto nomeando os representantes de cada segmento. E nada mais havendo a tratar, o Presidente dá por encerrada a 187ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho-CET, da qual eu, Aldameri Imthurn, lavrei a presente ata. Curitiba, 31 de Outubro de 2012.